

Preservação do Plano teve o aval do Cauma

O Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma) aprovou as diretrizes gerais para preservação do Plano Piloto — consolidadas em decreto assinado pelo governador José Aparecido — durante sessão ordinária em 14 de outubro último. A medida atendeu exigência da Unesco para declarar a cidade patrimônio cultural da humanidade.

As diretrizes gerais conaram com apoio do arquiteto Oscar Niemeyer e do urbanista Lúcio Costa. O paisagista Burle Marx também encaminhou voto por escrito ao Conselho concordando com o decreto de preservação, que assegura a permanência das quatro escalas do traçado original: monumental; residencial; gregária e bucólica

O presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção DF, Aleixo Furtado, manifestou voto com destaque. Segundo Aleixo, o IAB/DF não concordou com três pontos do decreto: relação das áreas verdes edificadas (a categoria queria disposi-



tivos mais rígidos); ortodoxia dos gabaritos das 700 e 400 — “poderiam impedir o crescimento da cidade” — e inexistência de garantias à preservação. Ela poderá ser revogada por novo decreto.

De acordo com o decreto aprovado pelo Cauma e assinado pelo governador, a preservação do Eixo Monumental incluirá a área que se estende da Praça dos Três Poderes até o Palácio do Buriti. Ele garante a manutenção dos prédios dos Palácios do Planalto, Justiça e Itamarati, além das sedes do STF, Congresso Nacional, Fogo Simbólico da Pátria, canteiros centrais e Setor Cultural (Norte e Sul).

O decreto fixa também que a Esplanada dos Ministérios só poderá abrigar prédios administrativos. Estabelece que as superquadras deverão continuar com acesso único, arborização, gabaritos de seis andares nas 100, 200 e 300 e de três andares nas 400. Os Lagos Sul e Norte são áreas de edificação de casas unifamiliares. Neles poderão ser construídos comércios locais e equipamentos comunitários (igrejas, escolas, centros de lazer etc), afirma o texto.